

JORNAL DO SENADO

ÓRGÃO DE DIVULGAÇÃO DAS ATIVIDADES DO SENADO FEDERAL

ANO VII – Nº 1.318 – BRASÍLIA, SEGUNDA-FEIRA, 18 DE JUNHO DE 2001

Plenário vota hoje Estatuto da Cidade



A proposta que institui usucapião especial coletivo de imóvel urbano e coloca à disposição dos prefeitos instrumentos capazes de evitar a retenção especulativa de terrenos nas cidades está na pauta de hoje

PÁGINA 3

CLT

O Plenário do Senado aprova revogação de dispositivo da CLT que proíbe as mulheres de fazerem horas extras no trabalho.

PÁGINA 3



Comissão analisa criação de programa de incentivo a energias renováveis

PÁGINA 4

JADER

Presidente do Senado espera que aprovação da LDO, no final do esforço concentrado que se inicia hoje, marque o encerramento do primeiro semestre do ano legislativo.



Jader: as prioridades do esforço concentrado

PÁGINA 5

CAE deve votar a reposição de perdas das contas do FGTS

Senadores analisam também amanhã projeto que regulamenta Fundo de Combate à Pobreza

O projeto do Executivo que trata da atualização monetária das contas vinculadas do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), corrigidas em valores inferiores durante a implementação dos planos Verão e Collor I, é um dos tópicos da reunião de amanhã da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE). Decisões do Supremo Tribunal Federal (STF) têm determinado o pagamento dos débitos e o projeto é uma tentativa do governo de regularizar o pagamento da dívida.

A proposta, relatada favoravelmente pelo senador Romero Jucá (PSDB-RR), prevê a criação de contribuições sociais, incidentes sobre a folha de salários das empresas e em casos de demissão sem justa causa, que vão ajudar a custear esse débito do fundo, estimado em R\$ 42 bilhões.

A expectativa do governo é de que os trabalhadores cuja atuali-

zação do saldo seja inferior a R\$ 1 mil — que representam 92% do total de beneficiários — recebam o que lhes é devido até junho do próximo ano. Quem tem a receber valores acima desse montante terá o complemento creditado entre julho de 2002 e junho de 2006.

Também está previsto o exame pela comissão do projeto da Câmara que regulamenta o Fundo de Combate e Erradicação da Pobreza, criado por meio de emenda à Constituição promulgada em dezembro passado, e cujo prazo de vigência se estende

até 2010. Os recursos desse fundo deverão financiar ações complementares nas áreas de saúde, nutrição, educação, moradia e renda familiar, voltadas para a oferta de condições dignas de vida à população. O projeto tem parecer favorável do senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE).



Jucá apresentou parecer favorável à proposta

Saturnino registra lançamento de campanha contra desemprego

O início da Campanha Nacional do Pleno Emprego, organizada por entidades representativas da sociedade brasileira, foi anunciado na quarta-feira pelo senador Roberto Saturnino (PSB-RJ). Ele informou ao Plenário ter sido realizado um seminário no Rio de Janeiro, ocasião em que a questão do desemprego foi discutida e foram traçados os rumos para seu enfrentamento.

O encontro produziu um documento, a "Carta ao Povo Brasileiro", no qual é defendida a retomada do desenvolvimento

com a utilização prioritária de recursos internos e com menor dependência do capital estrangeiro. Saturnino leu trechos da carta e pediu que a sua íntegra fosse registrada nos Anais.

Roberto Saturnino destacou o parágrafo de abertura do documento em que está colocado que a sociedade brasileira defronta-se com a maior crise social de sua história e que os reflexos dessa situação se fazem notar pelas altas taxas de desemprego e na queda recorrente da renda do trabalho.



AGENDA

SEGUNDA-FEIRA, 18 DE JUNHO DE 2001

Presidente
Senador Jader Barbalho

7h — Recebe o ministro Paulo Costa Leite, presidente do Superior Tribunal de Justiça

PLENÁRIO

7h30 — Sessão deliberativa ordinária

Pauta: Mensagem nº 136/2001, solicita autorização para a contratação de operação de crédito externo entre a República Federativa do Brasil e o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (Bird), no valor equivalente a até US\$ 404.040.000,00 (quatrocentos e quatro milhões e quarenta mil dólares dos Estados Unidos da América), de principal, na modalidade de Empréstimo Programático de Ajuste do Setor Financeiro (FSAL), em reconhecimento da implementação das reformas estruturais das áreas financeiras e de mercado de capitais; quinta e última sessão de discussão, em primeiro turno, da PEC nº 19/00, altera o Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, introduzindo artigos que criam o Fundo de Desenvolvimento da Amazônia Ocidental; e substitutivo da Câmara ao PLS nº 181/89, regulamenta os artigos 182 e 183 da Constituição federal e estabelece diretrizes gerais da política urbana (Estatuto da Cidade).

COMISSÕES

Após a ordem do dia — CPI das ONGs

Pauta: reunião administrativa. Ala Senador Nilo Coelho — Sala 2

PREVISÃO

PLENÁRIO

Terça-feira

7h30 — Sessão deliberativa ordinária

Pauta: entre outros projetos, PLC nº 44/01, altera dispositivos do Decreto-Lei nº 2.848/40 — Código Penal (incluindo a figura do contador como autor do crime de falso testemunho ou falsa perícia, bem como exacerbando as penas impostas ao referido crime); e primeira sessão de discussão, em primeiro turno, da PEC nº 25/00, altera o art. 75 da Constituição federal, para facultar a nomeação de membros das cortes de contas dos estados, do Distrito Federal e dos municípios através de concurso público.

Quarta-feira

7h30 — Sessão deliberativa ordinária

Hora do expediente: destinada a homenagear o historiador Caio Prado Júnior, pelo transcurso do décimo ano de seu falecimento.
Pauta: entre outras matérias, votação nominal, em segundo turno, da PEC nº 44/00, altera o parágrafo 6º do art. 14 da Constituição federal (dispõe sobre a renúncia aos respectivos mandatos para concorrência a cargos eletivos de presidente da República, governadores de estado e do Distrito Federal e os prefeitos); votação nominal, em primeiro turno, da PEC nº 6/98 (tramitando em conjunto com a PEC nº 11/98), inclui no Ato das Disposições Constitucionais Transitórias artigo que regulariza a situação funcional de servidores de empresas públicas federais que há mais de dez anos prestam serviços à administração direta; votação nominal PLS nº 190/99-Complementar, altera a Lei Complementar nº 64/90 (Lei de Inelegibilidade), para vedar o registro, como suplente de candidato a senador, de parentes até o segundo grau.

Quinta-feira

7h — Sessão deliberativa ordinária

Pauta: entre outros projetos, terceira sessão de discussão, em primeiro turno, da PEC nº 25/00, altera o art. 75 da Constituição federal para facultar a nomeação de membros das cortes de contas dos estados, do Distrito Federal e dos municípios através de concurso público; terceira sessão de discussão, em primeiro turno, da PEC nº 30/00, altera a alínea "c" do inciso XVI do art. 37 da Constituição federal (incluindo o odontólogo ou dentista na autorização para acumular cargos públicos remunerados); e PLS nº 449/99, altera o art. 43 da Lei nº 8.080/90 (Lei Orgânica da Saúde), possibilitando aos hospitais universitários captar recursos provenientes de internações hospitalares.

Sexta-feira

9h — Sessão deliberativa ordinária

Pauta: quarta sessão de discussão, em primeiro turno, da PEC nº 25/00, altera o art. 75 da Constituição federal para facultar a nomeação de membros das cortes de contas dos estados, do Distrito Federal e dos municípios através de concurso público; quarta sessão de discussão, em primeiro turno, da PEC nº 30/00, altera a alínea "c" do inciso XVI do art. 37 da Constituição federal (incluindo o odontólogo ou dentista na autorização para acumular cargos públicos remunerados); e PDLs aprovando atos de outorga e renovação de concessões e permissões para a exploração de serviços de radiodifusão sonora.

COMISSÕES

Terça-feira

9h — CPI do Futebol

Pauta: Seminário "Futebol e Legislação"

Palestrantes: jornalista Juca Kfoury; Marco Aurélio Klein, sociólogo especializado em marketing esportivo; Carlos Miguel Aídar, advogado especializado em legislação esportiva; jornalista Flávio Prado, TV Cultura; ex-jogador Sacratés; ex-jogador Vladimir; jornalista Luiz Fernando Lima, diretor esportivo da TV Globo. *Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo*

10h — Comissão de Assuntos Econômicos

Pauta: PRS nº 48/00, autoriza a prefeitura de Guarulhos (SP) a contratar operação de crédito visando ao refinanciamento dos títulos públicos emitidos para pagamento de precatórios judiciais, no valor de R\$ 31,7 milhões, ao amparo da MP nº 2.022-16; PRS nº 49/00, autoriza o estado de Santa Catarina a realizar operação de crédito visando ao refinanciamento dos títulos públicos emitidos para pagamento de precatórios judiciais em poder de terceiros, no valor de R\$ 581,6 milhões; PLC nº 49/01, institui contribuições sociais, autoriza créditos de complementos de atualização monetária em contas vinculadas do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS); PLC nº 46/01, dispõe sobre o Fundo de Combate e Erradicação da Pobreza, na forma prevista nos artigos 79, 80 e 81 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias; e emendas de plenário oferecidas ao PLS nº 646/99, que dispõe sobre os direitos e as garantias do contribuinte.

Após a ordem do dia — Mensagem nº 122/01, submete à apreciação do Senado o nome de Ronaldo Porto Macedo Júnior para exercer o cargo de conselheiro do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade), do Ministério da Justiça. *Ala Senador Alexandre Costa — Sala 19*

10h — Comissão de Serviços de Infra-Estrutura

Pauta: entre outras matérias, PLS nº 26/01, altera a Relação Descritiva das Rodovias do Plano Nacional de Viação aprovado pela Lei nº 5.917/73, para inclusão de novo trecho; PLS nº 669/99, altera dispositivo da Lei nº 9.433/97, que institui a Política Nacional de Recursos Hídricos; PLS nº 653/99, altera a Lei nº 9.432/97, que dispõe sobre o ordenamento do transporte aquaviário, para definir as condições de operação de embarcação estrangeira na navegação interior e de cabotagem; PLS 27/96, cria o Programa de Incentivos a Energias Renováveis (Pie). *Ala Senador Alexandre Costa — Sala 13*

10h — Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

Pauta: audiência pública para instrução do PLC nº 23/01, altera e acrescenta dispositivos na Lei nº 6.404/76, que dispõe sobre as sociedades por ações, e na Lei nº 6.385/76, que dispõe sobre o mercado de valores mobiliários e cria a Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

Convidados: Nelson Laks Eizirik, ex-diretor da Comissão de Valores Mobiliários (CVM); Humberto Casagrande Neto, presidente da Associação Brasileira dos Analistas de Mercado de Capitais (Abamec-Nacional); Any Osvaldo Mattos Filho, professor de Direito Tributário e de Mercado de Capitais da Fundação Getúlio Vargas (FGV); e José Serafim Abrantes, presidente do Conselho Federal de Contabilidade. *Ala Senador Alexandre Costa — Sala 5*

10h — Comissão de Fiscalização e Controle

Pauta: Comparecimento de Eduardo Jorge Caldas Pereira, ex-secretário-geral da Presidência da República, em decorrência do Ofício nº 66/2000-presidência/SC, que encaminhou a esta comissão os requerimentos nºs 45, 51 e 52/2000-SC, "destinada a acompanhar e fiscalizar as indicações apontadas no relatório da CPI do Judiciário". *Ala Senador Nilo Coelho — Sala 6*

11h30 — Comissão de Educação

Pauta: entre outros projetos, PLC nº 105/96 (tramitando em conjunto com o PLS 154/97), dispõe sobre a prevenção, o tratamento, a fiscalização, o controle e a repressão do tráfico ilícito e do uso indevido de entorpecentes e drogas afins; PLS nº 154/97 (tramitando em conjunto com o PLC 105/96), dispõe sobre a prevenção, o tratamento, a fiscalização, o controle e a repressão à produção, ao uso indevido e ao tráfico ilícito de substâncias entorpecentes e de drogas que causem dependência física ou psíquica. *Ala Senador Alexandre Costa — sala 15*

16h30 — Comissão Mista Especial para Estudar a Crise de Energia

Pauta: exposições do presidente da Petrobras, Henri Philippe Reichstul; do secretário de Energia do Ministério de Minas e Energia, Afonso Henrique Moreira dos Santos; e do diretor presidente da Agência Nacional de Águas (ANA), Jerson Kelman. *Ala Senador Nilo Coelho — Sala 2*

Quarta-feira

9h — Comissão de Assuntos Sociais

Pauta: entre outras matérias, PLSs nºs 526 e 538 de 1999 (tramitação conjunta), alteram a Lei nº 7.802/89, que dispõe sobre a pesquisa, a experimentação, a produção, a embalagem e rotulagem, o transporte, o armazenamento, a comercialização, a propaganda comercial, a utilização, a importação, a exportação, o destino final dos resíduos e embalagens, o registro, a classificação, o controle, a inspeção e a fiscalização de agrotóxicos, seus componentes e afins; e PLS nº 8/2001, proíbe a utilização de catraca eletrônica em ônibus urbanos. *Ala Senador Alexandre Costa — Sala 9*

ESPECIAL

Quarta-feira

12h — Cultura ao Meio-Dia

Filme: *O Rap do Pequeno Príncipe contra as Almas Sebasas*, de Paulo Caldas Marcelo Luna. *Audatório Petrônio Portella*

JORNAL DO SENADO www.senado.gov.br - E-mail: jornal@senado.gov.br - tel.: 0800 612211 - fax: (61) 311 3137

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Jader Barbalho
1º Vice-Presidente: Edison Lobão
2º Vice-Presidente: Antonio Carlos Valadares
1º Secretário: Carlos Wilson
2º Secretário: Antero Paes de Barros
3º Secretário: Ronaldo Cunha Lima
4º Secretário: Mozarildo Cavalcanti
Suplentes de Secretário: Alberto Silva, Marluce Pinto,
Maria do Carmo Alves e
Nilo Teixeira Campos

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia
Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva
Diretor da Sec. de Comunicação Social: Carlos Augusto Setti
Diretora de Divulgação e Integração: Andréa Valente da Cunha (61) 311-1150
Diretora do Jornal do Senado: Maria da Conceição Lima Alves (61) 311-3170
Diretor da Agência Senado: Marcos Dantas de Moura Magalhães (61) 311-3327

Editores: Djalba Lima, Edson de Almeida, Eduardo Leão, João Carlos Ferreira da Silva,
José do Carmo Andrade e Sylvio Costa
Diagramação: Sergio Luiz, Wesley Bezerra de Carvalho e Osmar Miranda
Revisão: Lindolfo do Amaral Almeida, Miquéas Dantas de Moraes e Eny Junia Carvalho
Fotos: Célio Azevedo, Márcia Kalume, Waldemir Rodrigues, Roosevelt Pinheiro, Roque Sá, José Cruz e Jane de Araújo
Arte: Cirilo Quartim

O noticiário do *Jornal do Senado* é produzido pela equipe de jornalistas da Subsecretaria Agência Senado

Endereço: Praça dos Três Poderes
Ed. Anexo I do Senado Federal,
20º andar
Brasília - DF - 70165-920

Impresso pela
Secretaria Especial
de Editoração e
Publicações

Estatuto da Cidade pode ser votado hoje

Proposta na pauta do Plenário abre espaço para a utilização compulsória do solo urbano não edificado e institui a usucapião especial coletivo de imóveis urbanos, o que facilitará a regularização de favelas

O Estatuto da Cidade, projeto apresentado pelo então senador Pompeu de Sousa em 1989 e que permite o crescimento mais ordenado das cidades brasileiras, deve ser votado hoje pelo Plenário. A proposta contém mecanismos destinados a evitar a retenção



Mauro é relator da proposta na Comissão de Assuntos Sociais

especulativa do imóvel urbano e coloca à disposição dos prefeitos instrumentos que podem ser utilizados na medida das necessidades e características de cada localidade. Segundo o relator da matéria na Comissão de Assuntos Sociais (CAS), senador Mauro Miranda (PMDB-GO), o Estatuto da Cidade tem como foco central a democratização do acesso a condições condignas de vida urbana.

Pelo projeto, leis municipais poderão determinar o parcelamento, a edificação ou a utilização compulsória do solo urbano não edificado, subutilizado ou não utilizado. Os proprietários serão notificados pelas prefeituras e disporão de um ano, a partir da notificação, para que seja protocolado o projeto de construção e de dois anos, a partir da aprovação do projeto, para iniciar as obras

do empreendimento.

Caso o proprietário não cumpra os prazos, durante cinco anos a sua propriedade será taxada com IPTU progressivo. Decorridos cinco anos da cobrança de IPTU progressivo sem que o proprietário tenha cumprido a obrigação de parce-

lamento, edificação ou utilização, o município poderá desapropriar o imóvel, com pagamento em títulos da dívida pública, a exemplo do que ocorre para fins de reforma agrária. O projeto prevê também a usucapião especial coletiva de imóvel urbano, o que pode facilitar a regularização fundiária de áreas urbanas de difícil individualização, como as favelas.

O Estatuto da Cidade estabelece as diretrizes gerais da política urbana, entre as quais a gestão democrática, a cooperação entre os governos, a iniciativa privada e os demais setores da sociedade, o planejamento do desenvolvimento das cidades, a oferta adequada de equipamentos urbanos e comunitários, transporte e serviços públicos e a ordenação e o controle do uso do solo.

Inclusão de Sociologia e Filosofia no ensino médio terá novo exame

Intensa discussão precedeu a decisão do Plenário de realizar exame mais profundo do projeto que inclui Filosofia e Sociologia entre as disciplinas obrigatórias do currículo do ensino médio e recolocar a matéria na ordem do dia na sessão de 28 de agosto.

De autoria do deputado Padre Roque (PT-PR), o projeto foi apresentado sob o argumento de que o conteúdo dessas matérias não será adequadamente ensinado se diluído em outras disciplinas e ensinado por professores sem a necessária formação. Vários senadores se manifestaram em Plenário favoráveis à obrigatoriedade dessas duas matérias no currículo do ensino médio. "Vejo no projeto uma idéia feliz", afirmou o senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE), observando que no mundo todo prospera a idéia de ensinar-se Filosofia até às crianças.

A senadora Marina Silva (PT-AC) disse que a Lei de Diretrizes e Bases

da Educação cometeu uma injustiça ao excluir a Filosofia e a Sociologia do ensino médio brasileiro. O senador Roberto Requião (PMDB-PR) afirmou que a maior defesa que esse projeto podia ter era a presença em Plenário da senadora Marina Silva, que, alfabetizada aos 16 anos, chegou ao Senado com um raciocínio dialético preciso e inteligente, impossível de ser obtido sem o estudo dessas disciplinas.

Os senadores Roberto Saturnino (PSB-RJ), Emilia Fernandes (PT-RS), Casildo Maldaner (PMDB-SC), Ademir Andrade (PPS-PA) e Pedro Simon (PMDB-RS) também defenderam a aprovação do projeto. Saturnino disse que a Filosofia propicia o pensar sobre os destinos da Humanidade e sobre a ética. Já o líder do governo, Romero Jucá (PSDB-RR), observou que a matéria não poderia ser aprovada porque feria o espírito da Lei de Diretrizes e Bases da Educação.

Bezerra busca acordo para iniciar apreciação da LDO

O presidente da Comissão Mista de Orçamento, senador Carlos Bezerra (PMDB-MT), reúne-se amanhã com líderes partidários para definir um cronograma de votação do projeto da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) para 2002. Se houver acordo, os deputados e senadores devem começar a votação no mesmo dia.

A relatora do projeto, deputada Lúcia Vânia (PMDB-GO), apresentou um substitutivo à proposta do Executivo, mas não fez alterações substanciais. Três partidos de oposição — PT, PSB e PCdoB — decidiram obstruir a votação da LDO até que o



Carlos Bezerra deseja fixar um cronograma de votação da LDO

governo aceite algumas mudanças no texto.

A principal reivindicação das oposições é a redução do superávit primário do governo para 2002 de 2,4% do PIB para 0,5% do PIB. Esse superávit é a quantia que sobra depois de feitos todos os gastos, exceto o pagamento de

juros da dívida pública. Os opositores sustentam que, com isso, sobriam cerca de R\$ 25 bilhões para investimentos na geração de eletricidade, combate aos efeitos da seca do Nordeste, aumento real do salário mínimo e projetos de saúde e educação. Lúcia Vânia não concorda em reduzir o superávit.

Mauro: falta investimento em moradia

O projeto da Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2002 não prevê a construção de nenhuma unidade habitacional para a população de baixa renda, denunciou o senador Mauro Miranda (PMDB-GO). Autor da emenda que incluiu o direito à moradia entre os direitos sociais constitucionais, o senador exortou o Congresso Nacional a alterar essa situação durante a discussão e votação do substitutivo da relatora, deputada Lúcia Vânia.

— No momento em que a socie-

dade se volta para as ações governamentais visando à redução do déficit habitacional, não é mais aceitável que se trabalhe com recursos iguais ou inferiores aos utilizados há quase cinco anos — disse Mauro.

O senador salientou que tem se observado um decréscimo nas dotações para a habitação — de 34,3%, em 1998, para 31%, em 1999. Agravava a situação, sustentou, o fato de que a maior parte desses recursos não se destina à parcela mais carente da população.

Revogada proibição de horas extras para mulheres

Entendendo que a distinção de normas trabalhistas em favor da mulher ficou sem eficácia com o reconhecimento da isonomia entre elas e os homens, o Senado decidiu na quarta-feira revogar o artigo 376 da CLT, que não permitia a realização de horas extras por mulheres. A matéria vai à sanção presidencial.

Relatora da proposta na Comissão de Assuntos Sociais (CAS), a senadora Maria do Carmo Alves (PFL-SE) disse, em seu parecer, que vários artigos da CLT já foram revogados para aca-



Maria do Carmo: mudança não suprime direitos

bar com as restrições ao trabalho extraordinário e noturno de mulheres, a fim de não prejudicá-las no mercado. Ela afirmou que a revogação do artigo 376 não implicará qualquer supressão de direitos assegurados às trabalhadoras.

No debate da matéria, a senadora Emilia Fernandes (PT-RS) afirmou que a CLT não pode restringir o trabalho feminino, devendo suas normas protetoras do trabalho da mulher se justificar em circunstâncias objetivas, como a distinção de limites de peso no transporte de mercadorias.

Rocha anuncia proposta de fundo para Amazônia Oriental

Na quarta sessão de debate da proposta de emenda constitucional que cria o Fundo de Desenvolvimento da Amazônia Ocidental, o senador Sebastião Rocha (PDT-AP) comunicou ao Plenário que não mais apresentará emenda para incluir o Amapá entre os estados contemplados por esses recursos. Conforme a proposta, serão atendidos pelo fundo os estados do Amazonas, Acre, Rondônia e Roraima.

Sebastião Rocha disse ter conversado com o senador Nova da Costa (PMDB-AP) e chegado à conclusão de que ambos poderão apresentar proposta de emenda constitucional criando o Fundo de Desenvolvimento da Amazônia Oriental, que abrangera o Pará e o Amapá.

Senado aprova projetos de emissoras de rádio

O Senado aprovou projetos renovando a permissão de funcionamento da Rede Autônoma de Radiodifusão, de Osasco (SP), da Rádio Difusora de São José do Rio Pardo (SP), da Fundação João Paulo II, de Cachoeira Paulista, e da Brasília Super Rádio FM (DF).

Foi aprovado também projeto que autoriza a Associação Comunitária, Cultural, Educativa, Esportiva Descobertense de Radiodifusão a executar serviço de rádio em Descoberto (MG). Ainda foi aprovado o funcionamento da rádio da Fundação Joca Motta, de União (PI) e da rádio comunitária da Associação dos Meios de Comunicação e Atividades Culturais e Comunitárias de Rancheira (SP).

Dia da TV deve ser comemorado em 18 de setembro

O Senado aprovou projeto de lei da Câmara, de autoria do deputado Duílio Pisaneschi (PTB-SP), que institui o Dia da Televisão, a ser comemorado em 18 de setembro, data em que foi inaugurada a primeira emissora brasileira, a extinta TV Tupi, de São Paulo. O projeto vai agora à sanção presidencial.

O senador Casildo Maldaner (PMDB-SC), como relator *ad hoc*, defendeu a aprovação, dizendo que a proposta tem por objetivo homenagear os profissionais do setor. Ao ler trechos do parecer do relator na Comissão de Educação, Eduardo Siqueira Campos (PFL-TO), Maldaner disse que nesse dia será possível fazer uma reflexão sobre a TV brasileira. O senador Roberto Requião (PMDB-PR) manifestou-se contrário ao projeto e, em tom irônico, disse que seria mais conveniente celebrar o "dia de descanso do telespectador".

CI vota incentivo a energia renovável

Além da proposta do senador Edison Lobão, será examinada pelos membros da comissão mudança na política de recursos hídricos sugerida por Juvêncio da Fonseca

A Comissão de Serviços de Infra-Estrutura (CI) analisa amanhã projeto que institui o Programa de Incentivos a Energias Renováveis, de autoria do senador Edison Lobão (PFL-MA). Com relatório do líder do Bloco Oposição, senador José Eduardo Dutra (PT-SE), o projeto terá decisão de caráter terminativo.

A CI examina ainda, também em caráter terminativo, projeto que altera a Política Nacional de Recursos Hídricos, desonerando o uso de água fluvial para dessedentação de animais, piscicultura e pequena irrigação. De autoria do senador Juvêncio da Fonseca (PMDB-MS), a proposta tem relatório favorável de Arlindo Porto (PTB-MG). O senador José Eduardo Dutra pediu vista, apresentando voto em separado pela rejeição ao projeto.

Os recursos hídricos podem ser tema de audiência pública requerida pelo senador Paulo Hartung (PPS-



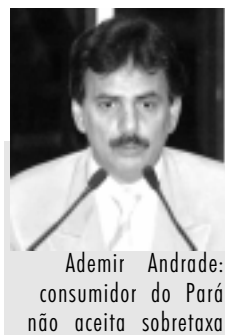
ES). O objetivo é debater sua política de gerenciamento em face da crise energética. Outra audiência pública, proposta por

Ricardo Santos (PSDB-ES), deve colocar em debate a seca nordestina. O senador propõe que o ministro do Desenvolvimento Agrário, Raul Jungmann, responsável pela Comissão Setorial de Convívio com a Seca, debata o assunto junto à CI e à Comissão de Assuntos Econômicos (CAE).

A rodovia RO-399, próxima da divisa do Brasil com a Bolívia, pode ser incluída no Plano Nacional de Viação pelo projeto de autoria do senador Moreira Mendes (PFL-RO), que será apreciado pela CI em caráter terminativo. O projeto de Roberto Saturnino (PSBRJ) que redefine as condições de operação de embarcações estrangeiras na navegação interior e de cabotagem, também em pauta, tem parecer favorável da senadora Heloísa Helena (PT-AL).

Ademir critica a inclusão do Pará no racionamento

O senador Ademir Andrade (PSB-PA) codenou em Plenário a inclusão da Região Norte no programa de racionamento de energia elétrica. Ele criticou o governador do Pará, Almir Gabriel, do PSDB, que apoiou publicamente a proposta do



Ademir Andrade: consumidor do Pará não aceita sobretaxa

governo federal de estender o racionamento para aquela região. De acordo com Ademir Andrade, o governador está isolado e não representa satisfatoriamente os interesses da população do Pará.

O senador salientou que o presidente da Assembléia Legislativa do estado, do mesmo partido de Almir Gabriel, entrou com ação liminar no Supremo Tribunal Federal (STF) para impedir a inclusão do Pará no racionamento de energia. Ademir destacou a mobilização da sociedade contra a decisão da Câmara de Gestão da Crise de Energia Elétrica.

Ele divulgou nota formulada pelo Conselho de Consumidores da Centrais Elétricas do Pará (Celpa) que desmente propaganda oficial de que o estado seria

importador de energia. Segundo o documento, a população paraense, de 5 milhões de pessoas, consome apenas 19% da energia produzida pela hidrelétrica de Tucuruí (PA). Outros 20% seriam consumidos pelo pólo produtor de alumínio localizado no estado, que recebe energia subsidiada. Os demais 60% são exportados.

O senador informou que a prefeitura de Belém (PA) irá processar o governo do estado por gasto indevido de recursos públicos, com a propaganda a favor do racionamento. Para Ademir, os consumidores paraenses estão dispostos a reduzir seus gastos de energia, mas não aceitam cortes ou sobretaxas. Ele afirmou que o presidente Fernando Henrique Cardoso pode estar superdimensionando a crise, com o intuito de esconder da sociedade as dificuldades da economia do país e a corrupção no governo.

Em aparte, o senador Luiz Otávio (sem partido-PA) defendeu Almir Gabriel, salientando sua parceria com o presidente Fernando Henrique Cardoso.

José Coelho teme efeitos da crise na fruticultura

O senador José Coelho (PFL-PE) disse que os projetos de fruticultura irrigada implantados em Pernambuco correm sério risco de sofrer prejuízos em razão da crise de energia elétrica. Ele explicou que o racionamento de energia poderá resultar no colapso do bombeamento de água para os projetos de irrigação, em razão do baixo nível das águas do Rio São Francisco e da ausência de chuvas prevista para os próximos dois anos.

— Estamos cientes que o racionamento de energia elétrica é uma situação de anormalidade, que vem merecendo o apoio de todos os segmentos da sociedade brasileira, sintonizada com o sacrifício que o momento requer, mas que precisa ser devidamente equacionado, sob pena de interromper uma atividade geradora de empregos e de divisas para a balança comercial do país.

No dia 5 deste mês, José Coelho recebeu os generais Jaime José Juraszek (comandante militar do



José Coelho se preocupa com nível do Rio São Francisco

Nordeste) e Antônio Gabriel Esper (comandante da 10ª Brigada de Infantaria Motorizada), e mais um grupo de empresários dos setores produtivo e exportador de Pernambuco. Na ocasião, foram debatidos os problemas que a interrupção no fornecimento de energia elétrica e de suprimento de água poderá causar aos projetos de irrigação implantados na região de Petrolina e Juazeiro.

José Coelho considerou positivo o decreto assinado pelo presidente Fernando Henrique Cardoso criando o projeto de conservação e revitalização do Rio São Francisco. Ele disse que a decisão tem importância estratégica para o desenvolvimento regional, em especial do semi-árido nordestino. O decreto inclui ações de despoluição, conservação do solo e convivência com a seca. O senador também destacou a atuação do governador de Pernambuco, Jarbas Vasconcelos, e do vice-presidente Marco Maciel na luta para levar novos investimentos para o estado.

Comissão mista ouve presidente da Petrobras

A Comissão Mista de Energia, que estuda as causas da crise de energia e busca soluções para equacioná-la, realizará reunião às 16h30 de amanhã para ouvir o presidente da Petrobras, Henri Philippe Reichstul, o diretor-presidente da Agência Nacional de Águas (ANA), Jerson Kelman, e o secretário de Energia do Ministério de Minas e Energia, Afonso Henrique Moreira dos Santos. O encontro dará continuidade à etapa de audiências públicas que vem sendo promovida pela comissão com autoridades do setor energético.

Esta será a quarta reunião do colegiado, que iniciou os trabalhos no começo do mês. Já foram ouvidos os ministros de Minas e Energia, José Jorge, e da Casa Civil, Pedro Parente, que também é o co-

ordenador da Câmara de Gestão da Crise de Energia. Os presidentes da Companhia Hidrelétrica do São Francisco (Chesf), Mozart Siqueira Campos de Araújo, e da Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba (Codevasf), Airson Bezerra Lócio, também prestaram informações à comissão.

Estão previstas ainda audiências com os ministros da Fazenda, Pedro Malan, do Planejamento, Orçamento e Gestão, Martus Tavares, e do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, Alcides Tápias, e com os governadores de Minas Gerais, Itamar Franco, do Rio Grande do Sul, Olívio Dutra, do Paraná, Jaime Lerner, e do Pará, Almir Gabriel. Especialistas e pesquisadores do setor também serão convidados a colaborar com os parlamentares.

Juvêncio quer proteção ao meio ambiente

O senador Juvêncio da Fonseca (PMDB-MS) defendeu a aprovação de projeto de sua autoria que altera dispositivo da lei que criou a Política Nacional da Recursos



Juvêncio pede aprovação de projeto

Hídricos. A proposta, informou o parlamentar, tem por objetivo desonerar o uso de recursos hídricos e proteger o meio ambiente, para as finalidades de dessedentação — matar a sede — de animais, piscicultura e pequena irrigação.

Em aparte, o senador Lúdio Coelho (PMDB-MS) concordou com Juvêncio da Fonseca sobre a necessidade de aperfeiçoar a legislação. Já o senador Bernardo Cabral (PFL-AM), que foi o relator na Casa do projeto que instituiu a Polícia Nacional de Recursos Hídricos, disse que as alterações propostas por Juvêncio deveriam ter sido aproveitadas à época da elaboração da lei.

Cabral aponta risco da opção por rodovias

Uma única locomotiva a diesel pode reboçar 50 vagões, substituindo 50 caminhões, 50 motoristas, 500 pneus e milhares de litros de combustível. O exemplo foi



Cabral: falta apoio ao sistema ferroviário

usado no Plenário pelo senador Bernardo Cabral (PFL-AM) para advertir que o Brasil corre sério risco de enfrentar, além do apagão, "um congestionamento ou uma imobilização nacional" por causa da opção pelo transporte rodoviário, em detrimento das ferrovias.

Cabral baseou seu discurso em carta que recebeu do advogado e procurador aposentado Raimundo Diniz de Mesquita, de Manaus, o qual reclama que o governo, em vez de prestigiar o sistema ferroviário, insiste no 'rodoviarismo', aumentando a dependência nacional de petróleo. Isso sem contar que o governo não tem dinheiro sequer para manter em razoável estado as rodovias do país.

Jader vê ponto positivo na idéia de eleições primárias

O presidente do Senado, Jader Barbalho, disse na quarta-feira que a proposta de indicação do candidato da base do governo à sucessão presidencial através de prévias tem um ponto positivo, que é a democratização das decisões partidárias, mas será necessário encontrar uma fórmula que viabilize a escolha de um denominador comum.

— O sistema de eleições primárias já acontece nos Estados Unidos, e em cada partido ele seria muito bom por democratizar ao máximo as decisões partidárias. Mas é preciso saber como seria possível construir politicamente uma forma de chegar à candidatura única — afirmou.

Jader também comentou as possíveis alterações na Lei de Imprensa, atualmente em tramitação na Câmara, e esclareceu que considera mais adequadas a responsabilidade civil e as penas pecuniárias do que a responsabilidade criminal para os crimes de imprensa.

— A imprensa deve ser livre, mas deve ser responsabilizada pelos excessos — afirmou.

Suplicy sugere normas e apoio da Justiça Eleitoral

O senador Eduardo Suplicy (PT-SP) apresentou projeto de lei estabelecendo procedimentos para os partidos que quiserem escolher em eleições primárias seus candidatos a governador, prefeito, presidente da República, seus vices e senadores. O projeto não obriga o partido a fazer as primárias, mas, se o fizer, deve pedir apoio à Justiça Eleitoral, que fornecerá urnas eletrônicas.

Poderão votar nas primárias todos os filiados e, se o partido decidir, até mesmo não-filiados, desde que morem na mesma área eleitoral. O projeto, conforme Suplicy, procura dar aos candidatos o máximo de legitimidade popular. Pela proposta, o nome escolhido nas primárias deverá ser homologado por convenção do partido, para fins de registro na Justiça Eleitoral.

O senador José Fogaça (PMDB-RS) aparteu Suplicy quando ele falava do projeto e elogiou a iniciativa, lembrando as dificuldades que seu partido enfrentou recentemente no Rio Grande do Sul ao promover prévias para escolha de candidatos. “Como não há hoje apoio da Justiça Eleitoral, não há segurança sobre a votação e até sobre a fiscalização que se deve fazer”, disse.

Jader confia na votação da LDO e na superação da crise política

Para o presidente do Senado, serão contornadas as resistências de opositoristas à apreciação da Lei de Diretrizes Orçamentárias. “O povo espera que prestemos bons serviços”, destaca

O presidente do Senado, Jader Barbalho, está convencido de que as resistências da oposição à apreciação da Lei de Diretrizes Orçamentárias serão contornadas e que a aprovação da LDO, ao final do esforço concentrado que começa hoje, encerrará o primeiro semestre do ano legislativo. Na sua avaliação, nesse período ficou demonstrada a capacidade do Congresso, e em particular do Senado, de sobreviver à crise política, mantendo normalmente suas atividades, cumprindo todos os deveres constitucionais e ainda realizando votações importantes.

— Entendo que estamos passando por uma fase, não só no Senado como na vida pública brasileira. Minha expectativa é de que seja possível gerenciar a crise e superar as nossas dificuldades. Creio que é isso que espera a maioria da população, e que somos prestadores de serviços. E o povo espera que prestemos bem nossos serviços — afirmou.

O senador ressalta que, mesmo tendo vivido “um episódio da maior gravidade, irrecusável no noticiário, que terminou com o afastamento de dois senadores de destaque na vida nacional, ninguém pode desconhecer que o Senado, como instituição, não se

afastou dos seus deveres: não deixou de votar, de reunir as comissões, de ouvir autoridades, embora todo esse trabalho tenha sido ofuscado na mídia pela crise política”.

É esta mesma atitude que o presidente do Senado espera ver prevalecer durante o esforço concentrado, inclusive na votação da LDO: “Essa lei não é a favor nem contra, é suprapartidária, é a lei preliminar para a elaboração do orçamento da União; por isso, tenho um sentimento de que a oposição se convencerá, aprovando a matéria e mantendo-se o recesso”, afirmou.

Para o esforço concentrado, Jader prevê “um volume considerável de trabalho, todos os dias itens a serem apreciados até o final de junho, ele cita a reforma do Judiciário, com relatório do senador Bernardo Cabral (PFL-AM), e que deve voltar à Câmara, com emendas; a Lei das S.A., também no Senado para revisão, e



Jader: “Minha expectativa é de que seja possível gerenciar a crise e superar dificuldades”

que “permitirá a participação mais moderna na vida empresarial, dando visibilidade aos que aplicam no mercado de capitais”; a correção dos saldos do FGTS referentes aos planos Verão e Collor I (“questão polêmica, o maior contencioso judicial do mundo, e a proposta em exame alcança 94% dos beneficiários na primeira etapa”).

O presidente do Senado acredita também que a Casa aprove, antes de iniciar o recesso constitu-

cional de julho, projeto de grande interesse para os assalariados, de autoria do senador Arlindo Porto (PTB-MG), que amplia em mais de 51% o desconto por dependente no Imposto de Renda; e, ainda, a regulamentação do Fundo de Combate e Erradicação da Pobreza, “um dos temas de maior importância para a sociedade brasileira, pois permitirá ao governo alocar recursos para educação, saúde, assistência social, resultando em redistribuição de renda em favor dos mais necessitados”.

Também fazem parte da pauta do Senado a instituição do Fundo da Amazônia Ocidental, beneficiando Amazonas, Acre, Roraima e Rondônia, e o Estatuto da Cidade, projeto de autoria do falecido senador Pompeu de Sousa que estabelece medidas de gestão democrática para o solo urbano, entre as quais penas para a ociosidade ou ocupação desordenada de imóveis, e o IPTU progressivo. As comissões funcionarão normalmente, estando prevista reunião da CPI que investiga irregularidades na atuação das organizações não-governamentais (ONGs), principalmente na Amazônia, para dar continuidade ao roteiro, que prevê audiências com ministros e autoridades policiais.

ALGUNS DOS PROJETOS EM PAUTA

LDO

A Lei de Diretrizes Orçamentárias de 2002 traz entre as suas mais importantes metas fiscais o estabelecimento de um resultado primário positivo das contas públicas (receitas menos despesas, excluindo juros da dívida pública), fixado previamente em R\$ 31,69 bilhões, equivalentes a 2,4% do PIB.

A oposição ameaça obstruir a votação da LDO porque quer diminuir esse superávit para apenas 0,5% do PIB, redirecionando verbas para programas na área energética, no combate à seca do Nordeste, na educação e na saúde. A matéria está sendo examinada pela Comissão de Orçamento, que deverá realizar nova reunião amanhã.

FGTS

A Comissão de Assuntos Econômicos adiou para amanhã a votação do parecer do senador Romero Jucá (PSDB-RR) sobre projeto de lei complementar do Executivo que determina a reposição das perdas do FGTS. O projeto já foi aprovado pela Câmara e tramita em regime de urgência, tendo por objetivo corrigir a distorção nos saldos das contas vinculadas do FGTS em virtude das perdas ocorridas durante os planos Verão e Collor I, já reconhecidas pelo Supremo Tribunal Federal (STF). A CAE examinou a matéria na semana passada, mas adiou a discussão em decorrência do pedido de vista da senadora Heloísa Helena (PT-AL).

IR

O aumento da dedução por dependente no Imposto de Renda Pessoa Física foi aprovado na última terça-feira pela Comissão de Assuntos Econômicos. Pelo projeto, de autoria do senador Arlindo Porto (PTB-MG), haverá reajuste de 51,11% nas deduções com dependentes, o que provocará a retirada de R\$ 807,2 milhões dos cofres do Tesouro Nacional, segundo cálculos do Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal (Unifisco). Com esse reajuste, a dedução mensal por dependente no IRPF passa de R\$ 90 para R\$ 136 mensais. O valor da dedução anual passa, conforme o projeto, dos atuais R\$ 1.080 para R\$ 1.632.

ESTATUTO DA CIDADE

O projeto que institui o Estatuto da Cidade, de autoria do falecido senador Pompeu de Sousa, visa estabelecer uma política geral de urbanização das cidades brasileiras. Tramitou por 12 anos na Câmara (que ofereceu um substitutivo à matéria) e já foi aprovado pela Comissão de Assuntos Sociais no Senado, com parecer favorável do senador Mauro Miranda (PMDB-GO). Está na pauta do Plenário nesta semana para discussão.

O estatuto prevê a implantação da gestão democrática das cidades, elaboração de plano diretor e até a fixação de penas para a ociosidade ou ocupação desordenada de imóveis.

CCJ debate amanhã Lei das S.A. em audiência pública

O senador José Agripino pretende discutir, entre outros temas, os direitos dos acionistas minoritários na venda de ações

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) realiza audiência pública amanhã, às 10h, para aprofundar a discussão do projeto, já aprovado na Câmara de Deputados, que altera a Lei das S.A. A reunião seria realizada em conjunto com a Comissão de Assuntos Econômicos, mas como esta comissão tem

encontro marcado para o mesmo horário, apenas o relator da matéria na CAE, senador Pedro Piva (PSDB-SP), deverá participar dos debates.

Foram convidados para participar da audiência pública da CCJ o ex-diretor da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) Nelson Laks Eizirik; o presidente da As-



José Agripino e Pedro Piva são, respectivamente, relatores do projeto na CCJ e na CAE

sociação Brasileira dos Analistas do Mercado de Capitais, Humberto Casagrande Neto; o professor de Direito Tributário e mercado de capitais da Fundação Getúlio Vargas (FGV), Ary Osvaldo Mattos Filho; e o presidente do Conselho Federal de Contabilidade, José Serafim Abrantes.

O relator do projeto da Lei das S.A.

na CCJ, senador José Agripino (PFL-RN), é favorável à ampliação da discussão da matéria. Ele considera que os pontos mais importantes que devem ser debatidos com os especialistas são a definição de direitos dos acionistas minoritários na venda de ações, a presença desses acionistas no conselho de administração das empresas, as regras

para a escolha de membros do conselho fiscal e os critérios de fechamento de capital de uma sociedade anônima.

Essa será a segunda audiência pública da CCJ para discutir o tema. Na primeira, estiveram presentes, entre outros, o presidente da CVM, José Luiz Osório de Almeida Filho.

Eduardo Jorge depõe sobre o caso TRT

O ex-secretário-geral da Presidência da República Eduardo Jorge Caldas Pereira será ouvido amanhã, às 10h, pela Comissão de Fiscalização e Controle (CFC). Ele falará sobre o envolvimento na liberação de verbas federais para o Tribunal Regional do Trabalho (TRT) de São Paulo, de onde foram desviados R\$ 169 milhões. A presença foi confirmada pelo próprio Eduardo Jorge.

O presidente da CFC, senador Ney Suassuna (PMDB-PB), enviou ofícios aos procuradores da República Luiz Francisco de Souza e Guilherme Schelb con-



Ney Suassuna, presidente da CFC, também quer ouvir procuradores da República sobre o caso

vidando-os para falarem à comissão, também amanhã, mas ainda não obteve resposta. Os procuradores estão investigando a participação do ex-secretário-geral da Presidência no episódio do TRT paulista.

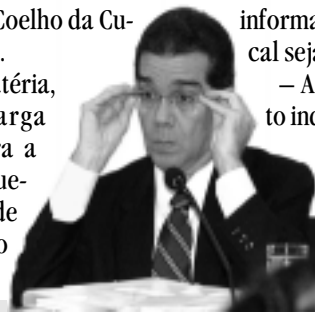
Se o convite for aceito, Ney Suassuna poderá promover acareação entre Eduardo Jorge e os procuradores, caso existam divergências em suas explicações. O presidente da CFC admite que, durante a exposição, senadores da oposição apresentem questionamentos sobre a denúncia do ex-senador Antonio Carlos Magalhães de que Eduardo Jorge recebeu, em 1998, ordens do presidente Fernando Henrique Cardoso para que fossem arrecadadas contribuições de empresários para o caixa dois da campanha à reeleição presidencial.

Adiada decisão sobre dados de ex-secretário

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) adiou para sua próxima reunião a votação do requerimento apresentado pela Comissão de Fiscalização e Controle (CFC) solicitando à Receita Federal informações sobre a auditoria fiscal realizada para verificar evidências de sonegação fiscal, enriquecimento ilícito ou existência de patrimônio incompatível com os rendimentos declarados pelo ex-secretário-geral da Presidência da República Eduardo Jorge Caldas Pereira e

sua esposa, Lídice Coelho da Cunha Caldas Pereira.

O relator da matéria, senador Bello Parga (PFL-MA), é contra a aprovação do requerimento. Ele entende que a solicitação apresentada pela CFC, a pedido do Ministério Público de Goiás e do Distrito Federal, esbarra no fato de o pedido "não possuir motivação clara" para que as



CCJ vai decidir se solicita informações sobre auditoria no patrimônio de Eduardo Jorge

informações da auditoria fiscal sejam abertas.

— A violação de um direito individual exige demonstração clara de sua necessidade, não podendo ser autorizada apenas por razões genéricas como consta do referido processo — justificou Parga.

O senador Ademir Andrade (PSB-PA) não concorda com os argumentos de Parga.

Maldaner aponta ressurgimento de doenças

O senador Casildo Maldaner (PMDB-SC) alertou o Plenário para o crescimento da incidência de várias doenças endêmicas no Brasil, como malária, dengue, tuberculose, febre amarela e hanseníase. Segundo afirmou, o país vem assistindo a uma "assustadora reemergência" dessas doenças infecto-contagiosas, várias delas recrudescendo após período em que haviam sido reduzidas ou controladas.

Na avaliação do senador, o ressurgimento de casos deve-se sobretudo a falhas na vigilância epidemiológica, associadas a mudanças provocadas pela urbanização acelerada, ocupação desordenada de novos territórios e falta de investimentos em habitação e saneamento.

— Na base da insuficiência das políti-



Para Casildo Maldaner, há falhas na vigilância epidemiológica

cas de saúde do governo está uma deformação básica: cerca de 70% das verbas do setor de saúde destinam-se a hospitais, e o país está assistindo, portanto, a um modelo assistencial que privilegia o atendimento médico em detrimento da prevenção e do

controle das moléstias.

Maldaner registrou que notícias publicadas pela imprensa catarinense informam que as autoridades sanitárias locais se mobilizam para enfrentar a chegada da dengue à fronteira de Santa Catarina com o Paraná. De acordo com o senador, a Secretaria de Saúde desenvolve campanha junto aos 23 municípios que fazem divisa com o estado vizinho, com a montagem de barreiras sanitárias e educativas.

Comissão discute legislação em São Paulo

Os senadores da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) do Futebol estarão amanhã na Assembleia Legislativa de São Paulo para ouvir, entre outros, o jornalista esportivo Juca Kfour e os ex-jogadores Sócrates e Vladimir.

Também participam da reunião, que terá o formato de seminário intitulado "Futebol e Legislação", os jornalistas Luiz Fernando Lima, que comanda a cobertura desportiva da Rede



Globo de Televisão, e Flávio Prado, da TV Cultura; o sociólogo especializado em marketing esportivo Marco Aurélio Klein e o advogado Carlos Miguel Aidar, especializado em legislação esportiva.

A reunião, marcada para começar às 9h, deve durar todo o dia. A CPI, presidida pelo senador Álvaro Dias (PSDB-PR), irá, ainda este mês, aos estados do Paraná e Rio Grande do Sul.

CPI das ONGs analisa hoje requerimentos

A Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) que investiga possíveis irregularidades na atuação das organizações não-governamentais (ONGs), especialmente na Amazônia, reúne-se hoje após a ordem do dia. Os senadores vão analisar, em caráter reservado, requerimentos apresentados e outros assuntos internos do

colegiado.

A CPI, presidida pelo senador Mozarildo Cavalcanti (PFL-RR) e que começou a funcionar em maio, tem 180 dias para apresentar parecer e indicar, se for o caso, a relação das ONGs irregulares e as providências a serem adotadas pelos órgãos governamentais.

PROGRAMAÇÃO



TV SENADO

HOJE

6h30 — Agenda Econômica — O dr. Mário Carlos Beni fala sobre o livro *Análise Estrutural do Turismo*
7h30 — Entrevista — O sen. Mozarildo Cavalcanti fala sobre preservação dos recursos hídricos
8h — Idéias — Os senadores: opinião, discursos e novos projetos
8h30 — Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (gravado)
11h30 — Idéias — Os senadores fazem discursos e apresentam novos projetos
12h — Especial — Gustavo Capanema: um modernista no ministério
12h30 — Entrevista — O sen. Mozarildo Cavalcanti fala sobre preservação dos recursos hídricos
13h — Fala Cidadão — A conexão do Senado com a sociedade
13h30 — Agenda Econômica — O dr. Mário Carlos Beni fala sobre o livro *Análise Estrutural do Turismo*
14h30 — Sessão Plenária (ao vivo)
18h30 — Entrevista — O escritor Antônio Torres fala

sobre literatura e o processo criativo
19h — Especial — Gustavo Capanema: um modernista no ministério
19h30 — Agenda Econômica — O dr. Mário Carlos Beni fala sobre o livro *Análise Estrutural do Turismo*
20h30 — Entrevista — O sen. Mozarildo Cavalcanti fala sobre preservação dos recursos hídricos
21h — Jornal do Senado — O resumo das atividades do Senado
21h30 — Sessão Plenária (reapresentação)

RÁDIO SENADO

HOJE

7h — Música, informação e serviços
8h — Senado Primeira Hora — As principais notícias do Senado, do país e do mundo
9h — Música e informação
14h15 — Senado Notícias
14h30 — Sessão Plenária do Senado
19h — A Voz do Brasil
20h — Música e informação
22h — Senado Notícias — Edição da Noite
23h — Vozes do Século XX

A programação da TV Senado e da Rádio Senado pode ser retransmitida por qualquer emissora do país, sem ônus e sem autorização formal

CCJ nega quebra de imunidade pedida por Jader

Presidente do Senado pretendia que a Casa autorizasse antecipadamente a instauração de ação penal no STF, caso ele fosse denunciado pela Procuradoria Geral da República. Mas a comissão considerou essa possibilidade inconstitucional

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), reunida quarta-feira, rejeitou requerimento apresentado pelo presidente do Senado, Jader Barbalho, pedindo que a Casa conceda licença prévia para que o Supremo Tribunal Federal (STF) instaure ação penal, caso a Procuradoria Geral da República apresente denúncia contra ele. O relatório do senador Francelino Pereira (PFL-MG), que considera o pedido de Jader Barbalho inconstitucional, foi aprovado por 10 votos a 5.

— A imunidade parlamentar não constitui privilégio individual do parlamentar, pois se trata de garantia institucional conferida ao Congresso Nacional — afirmou Francelino, que baseou o seu parecer em decisão do STF sobre o assunto.

A análise do requerimento de Jader levou os senadores da CCJ a sugerirem mudanças na imunidade parlamentar. O senador Pedro Simon (PMDB-RS) defendeu que a imunidade se restrinja a palavras e votos e não a atos praticados fora da atividade parlamentar. Da mesma maneira, o senador Paulo Hartung (PPS-ES) disse que o Senado deve cobrar da Câmara a aprovação da proposta de emenda à Constituição que altera a imunidade parlamentar.

Para o senador Roberto Requião (PMDB-PR), autorizar o STF a instaurar a ação retardaria a instalação da CPI da Corrupção, pois daria argumentos a quem não quer assinar o requerimento. Requião foi acompanhado pelo senador Osmar Dias (PSDB-PR).

— Jader poderia mostrar essa boa vontade para assinar o requerimento da CPI. Seria mais prático. Em vez de pedir ao Supremo, ele deveria pedir ao Senado para que fosse feita a investigação — disse Osmar.

Os senadores Álvaro Dias (PSDB-PR) e Heloísa Helena (PT-AL) afirmaram que o pedido de Jader é inócuo, pois não iria produzir efeitos legais. Mas argumentaram que o requerimento é uma manifestação de vontade política do senador e, por isso, deveria ser acolhido.

Já o senador José Fogaça (PMDB-RS) acredita que o requerimento de Jader não deveria ser analisado politicamente, e sim no campo da técnica jurídica e constitucional. Assim como os demais senadores da CCJ, Fogaça adiantou que, caso o Supremo Tribunal Federal envie ao Senado o pedido de licença para instauração da ação penal, votará favoravelmente, e disse acreditar que Jader fará o mesmo.



CCJ discutiu longamente o requerimento de Jader e decidiu rejeitá-lo por 10 votos a 5

Suplicy quer apoio do presidente do Senado à CPI

O senador Eduardo Suplicy (PT-SP) apelou ao presidente do Senado, Jader Barbalho, para que assine o requerimento de instalação da CPI destinada a investigar denúncias de corrupção no governo federal. Suplicy lembrou o fato de Jader ter assinado o requerimento de CPI mista e disse que as investigações no Senado seriam uma oportunidade para que o presidente da Casa esclarecesse as denúncias de participação em desvio de recursos da Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia e

da venda irregular de Títulos da Dívida Agrária (TDAs). Jader disse que as reflexões sugeridas por Suplicy eram lúcidas e dedicaria o fim de semana ao assunto.

Suplicy afirmou que o requerimento de CPI não prevê a discussão do caso dos TDAs, mas que, por sugestão do próprio Jader, esse ponto poderia ser incluído. Ele afirmou ainda crer que todos os senadores concordariam com a inclusão desse ponto.

— Em defesa do próprio Senado, o primeiro item seria o relativo aos



Eduardo Suplicy observou que a questão dos TDAs poderia ser incluída no requerimento da CPI

assuntos ligados à Sudam, Sudene e TDAs — propôs o senador petista, pedindo que Jader Barbalho refletisse sobre o assunto.

Senador diz que acata parecer da comissão

O senador Jader Barbalho disse na quarta-feira que, na condição de presidente do Senado, tem que levar em consideração decisão de uma comissão permanente da Casa. Ele se referia à deliberação da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, negando seu pedido de concessão de licença prévia para ser processado.

— Se a CCJ tivesse concedido, teríamos criado um novo tipo de interpretação constitucional — observou.

Jader não comentou a iniciativa tomada pelo Bloco Oposição, pedindo investigação das denúncias divulgadas pela revista *IstoÉ*. Reiterou seu interesse em ver tudo esclarecido o mais rápido possível e fez reparos à cobertura que a imprensa vem



Para Jader Barbalho, pedido poderia criar um novo tipo de interpretação constitucional

dando ao assunto.

— Leio nos jornais que a Polícia Federal vai me investigar, mas quem requereu a investigação fui eu; leio nos jornais que o corregedor vai me investigar, mas quem requereu ao corregedor fui eu. Espero que, em homenagem à opinião pública, ao final me seja garantido o mesmo espaço — afirmou.

Tebet se despede para assumir o Ministério da Integração Nacional

O senador Ramez Tebet (PMDB-MS) comunicou na quarta-feira ao presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), senador Bernardo Cabral (PFL-AM), que está se desligando da comissão, da qual foi membro titular nos últimos anos. Tebet vai assumir o Ministério da Integração Nacional nesta semana.

No biênio 1999-2000, Tebet foi o vice-presidente da CCJ. Cabral afirmou que o senador sempre desempenhou suas funções na comissão com competência. No final da reunião da comissão, Tebet disse que no Executivo vai se empenhar, como político do Centro-Oeste, em promover o desenvolvimento regional do país.

Os senadores Romero Jucá (PSDB-RR), Bello Parga (PFL-MA), Osmar Dias (PSDB-PR) e Marluce



Tebet comunicou seu desligamento da comissão e recebeu homenagem

Pinto (PMDB-RR) destacaram a capacidade de Tebet para assumir a pasta e pediram que o senador dê atenção às suas regiões no ministério. Eles ressaltaram a atuação do parlamentar como presidente do Conselho de Ética, quando o Senado teve que investigar os ex-senadores Luiz Estevão, Antonio Carlos Magalhães e José Roberto

Arruda. Tebet agradeceu a homenagem que recebeu da CCJ.

Na mesma reunião, o senador Antonio Carlos Júnior (PFL-BA) foi designado pela liderança do seu partido para ocupar vaga de membro titular na CCJ. O parlamentar também será integrante da Comissão de Fiscalização e Controle (CFC).

CAS votará regulamentação do Fundo da Pobreza

Criado por emenda constitucional, o programa prevê a aplicação anual de R\$ 4 bilhões em todas as regiões do país. Os recursos terão como fonte principal a Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira (CPMF)

A Comissão de Assuntos Sociais (CAS) adiou para quarta-feira, às 9h, o debate e votação do parecer do senador Romero Jucá (PSDB-RR) sobre o projeto de lei que regulamenta o Fundo de Combate e Erradicação da Pobreza. Criado por emenda constitucional, o fundo prevê aplicação de recursos na ordem de R\$ 4 bilhões, a cada ano, em todo o país.

A exemplo do que fez o senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE), relator da matéria na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), Romero Jucá também rejeitou as seis emendas apresentadas ao projeto pelos senadores Eduardo Suplicy (PT-SP), Marina Silva (PT-AC) e Heloísa Helena (PT-AL).

Em seu parecer, que será apreciado pela Comissão de Assuntos Sociais, o senador Romero Jucá, líder do governo no Senado, destaca o fato de o projeto de combate à pobreza nascer já com recursos garantidos, principalmente os oriundos da CPMF (Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira).

Explica ainda Jucá que a pobreza no Brasil atinge de maneira mais aguda a área rural, as regiões Norte e Nordeste, as crianças e a parcela não-branca da população. "A associação evidente entre a escolaridade do chefe de família e a inserção ou não de seus familiares na pobreza aponta para a educação formal como um dos vetores mais importantes a serem mobilizados para a sua superação", afirma o relator.

Ao abrir a reunião da CAS na última quarta-feira, a senadora Marina Silva, presidindo a comissão, comunicou a indicação do senador Lindberg Cury (PFL-DF) para integrar, como titular, o colegiado e a Comissão de Serviços de Infra-Estrutura (CI). Comunicou, também, a indicação do senador Antonio Carlos Júnior (PFL-BA) para integrar, como titular, a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), a Comissão de Fiscalização e Controle (CFC) e, como suplente, a CAS e a Comissão de Educação (CE).



A senadora Marina Silva entre os senadores Jonas Pinheiro e Juvêncio da Fonseca durante reunião da CAS

Extrato da conta do FGTS pode ser gratuito

Na quarta-feira, às 9h, a Comissão de Assuntos Sociais (CAS) também vai apreciar projeto que torna gratuita a emissão de extratos bancários das contas vinculadas do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS). O projeto, de caráter terminativo, é do senador Sérgio Machado (PSDB-CE) e tem parecer favorável do relator, senador Leomar Quintanilha (PPB-TO).

A proposta, justifica o autor, visa fornecer aos trabalhadores o conhecimento dos valores efetivos depositados em sua conta pelas empresas, buscando reduzir a sone-

gação do FGTS. Como se constitui direito básico do trabalhador, acrescenta Sérgio Machado, é inadmissível que seja cobrado qualquer tipo de taxa pelo serviço.

Na mesma reunião, a CAS deverá analisar projeto que autoriza o aproveitamento de recursos hídricos, incluídos os potenciais energéticos, situados em terras indígenas localizadas na região de Ponte de Pedra, Mato Grosso, e o que exclui das restrições impostas à utilização da Mata Atlântica o perímetro urbano dos municípios situados nas áreas por ela abrangidas.

A CAS examina também proje-

tos que regulamentam a profissão de corretor de imóveis e a de goleiro de futebol, além do que dispõe sobre a responsabilidade técnica por cursos livres de lutas, natação e ginástica. Também estão na pauta o projeto que fixa em seis horas a jornada de trabalho dos motoristas dos transportes coletivos urbanos e o que proíbe a utilização de catraca eletrônica em coletivos urbanos.

A comissão, presidida pelo senador Romeu Tuma (PFL-SP), ainda deverá votar projeto que dispõe sobre a pesquisa, produção e transporte de agrotóxicos.

Educação examina crimes de informática

A divulgação de material pornográfico via Internet deverá ser definida como delito e poderá acarretar pena de um a seis anos de reclusão, caso seja aprovado projeto do senador Renan Calheiros (PMDB-AL) que tipifica os delitos informáticos. Esse é um dos itens que integram a pauta de amanhã da Comissão de Educação (CE), que se reúne às 11h30.

Renan Calheiros defende a necessidade de coibir o uso das novas tecnologias de informática



Renan Calheiros é o autor da proposta

como meios de delinquência e infrações. Entre o que ele caracteriza como delitos informáticos estão o acesso não autorizado a computadores e sistemas eletrônicos, destruição e adulteração de informações, sabotagem por computadores, violação de correio eletrônico, fraude eletrônica e transferência ilícita de fundos.

Os *hackers*, conhecidos por invadir sistemas e destruir dados, poderão receber penas de um a seis meses de prisão. Já a evasão de tri-

butos em transações virtuais será punida com penas de um a dois anos de prisão, enquanto os atentados contra a vida efetuados por meio eletrônico serão punidos com penas de um a seis anos de reclusão.

— Procuramos tipificar cada delito utilizando classificação similar à adotada no Código Penal Brasileiro — explica Calheiros. "Para a aplicação das penas, foi adotado o mesmo critério, sempre sem prejuízo da punibilidade aplicável a cada caso de outros crimes já tipificados pelo Código Penal."

O projeto tem como relator o senador José Fogaça (PMDB-RS), que deve emitir parecer favorável.

Viana defende privacidade de usuários do SUS

Ao registrar sua participação, terça-feira passada, em encontro nacional de juizes e procuradores federais realizado em São Luís (MA), o senador Tião Viana (PT-AC)



Viana: cartão pode permitir violação

manifestou sua preocupação de que o banco de dados que o governo federal está montando com o cadastro de 165 milhões de brasileiros termine por violar a intimidade dos cidadãos. O cartão eletrônico do Sistema Único de Saúde (SUS), como está sendo chamado, informatizará o atendimento médico e permitirá o controle de relatórios divididos por doença, período de atendimento, tipo de exame solicitado e remédios receitados.

Marluce Pinto aponta falta de professores na UFRR

A senadora Marluce Pinto (PMDB-RR) manifestou em Plenário preocupação com a Universidade Federal de Roraima (UFRR), que apresenta um déficit de 127



Marluce: déficit de 127 docentes na universidade

vagas para docentes. Ela cobrou uma solução do ministro da Educação, Paulo Renato Souza. De acordo com Marluce, a UFRR, que tem nove *campi* e conta com 4.200 alunos, mantém-se com apenas 210 professores, sendo dez doutores, cem mestres e cem graduados.

A faculdade de Medicina, segundo a senadora, é a que mais sofre com a carência de professores.

A sessão de quarta-feira do Senado Federal foi presidida pelos senadores Jader Barbalho, Antonio Carlos Valadares, Carlos Wilson e Casildo Maldaner